

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, FATORES ASSOCIADOS EM FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Lucas de Almeida Moura ¹

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida no Brasil como a “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”, conforme a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). Quando este direito é violado instala-se um quadro de insegurança alimentar que se manifesta progressivamente, sobretudo no contexto familiar, interferindo na disponibilidade e garantia da alimentação e contribuindo para a ocorrência da fome (SANTOS et al., 2018).

Nesse sentido, considerando as imediatas e graves consequências nutricionais causadas pela insegurança alimentar, a exemplo da desnutrição causada por insuficiência alimentar, compreende-se que as crianças são o grupo populacional mais vulnerável a esta situação, o que se pode relacionar com o fato de que, no domicílio, os adultos estejam, há algum tempo, alimentando-se insuficientemente (OLIVEIRA et al., 2009).

Conforme interpretação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que é a metodologia preconizada para a interpretação e análise dos dados obtidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a análise de resultados das pesquisas sobre insegurança alimentar e nutricional possibilita compreender que esta ainda é uma realidade presente no Brasil e que, apesar dos avanços, ela tende a persistir, principalmente, nas zonas rurais do país onde o acesso integral aos parâmetros avaliados pela EBIA tende a ser mais difícil (VIANNA; SEGALL-CORREA, 2008; IBGE, 2013). Portanto, a insegurança alimentar pode ser caracterizada como um desafio para o país, um problema estrutural social que necessita ser combatido, sobretudo no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional de crianças, que são o público mais vulnerável a esta mazela social.

Portanto, considerando uma diversidade de trabalhos publicados, este artigo analisou, por meio de revisão bibliográfica, os dados obtidos através de diversas pesquisas sobre a prevalência de insegurança alimentar e nutricional em famílias com crianças menores de cinco anos de idade, considerando aspectos característicos que contribuem para a prevalência de insegurança alimentar e nutricional nestas famílias e o risco de ocorrência de distúrbios e carências nutricionais na infância.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Foi realizada pesquisa de revisão bibliográfica, de caráter exploratório e qualitativo, desenvolvida a partir de uma amostra de artigos científicos publicados em repositórios

¹ Graduado pelo Curso de Bacharelado em Nutrição pelo Centro Universitário Maurício de Nassau, campus Campina Grande, PB – UNINASSAU, moura.a.lucas@gmail.com.

acadêmicos, páginas de revistas científicas eletrônicas e bases de dados científicas como NCBI, PubMed, LILACS e Scielo, no período de 2010 a 2019. Os descritores de busca utilizados foram: insegurança alimentar e crianças.

Consideraram-se elegíveis as pesquisas desenvolvidas utilizando como população amostral de crianças com até 5 anos de idade e que tiveram como objetivo mensurar a insegurança alimentar e nutricional destas crianças e de suas famílias. Trabalhos de revisão bibliográfica, meta-análises ou àqueles cuja metodologia não condizia com os critérios anteriormente mencionados não foram incluídos como resultados.

Identificaram-se e foram elencadas as pesquisas que satisfizeram com rigor os critérios de inclusão estabelecidos. A discussão dos resultados foi realizada tomando uma perspectiva de análise qualitativa dos dados, buscando relacioná-los entre si e com outros determinantes envolvidos com o assunto.

DESENVOLVIMENTO

Quando associado a questões complexas como questões psicológicas, nutricionais e socioeconômicas, o conceito de segurança alimentar traz a conhecimento público a necessidade de complementação e combinação de diversos indicadores que são capazes de abordar sua dimensão nutricional e alimentar, bem como também de abordar a situação familiar, mesmo sobreposta ao âmbito individual (MORAIS et al., 2018).

Nesse sentido, indicadores relacionados ao acesso, consumo e aproveitamento de alimentos, além daqueles que indicam diversas vulnerabilidades sociais, econômicas e de estado nutricional são utilizados quando se deseja caracterizar situações de insegurança alimentar e nutricional de indivíduos, famílias e populações (ANDRÉ et al, 2018).

No Brasil, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é utilizada como indicador direto de insegurança alimentar em populações urbanas e rurais do país, avaliando a preocupação do indivíduo quanto à falta, qualidade e quantidade de alimentos. A partir disto é possível classificar a família em diferentes graus de insegurança alimentar: leve, moderada e grave. Isto é aplicado para adultos e crianças (IBGE, 2010).

Desse modo, foi a partir da interpretação de dados gerados pela utilização destes indicadores que pôde-se compreender a dimensão da insegurança alimentar no país e, ainda, constatar os grupos mais vulneráveis, como os residentes de zonas rurais, beneficiários de programas de transferência de renda e, entre todos estes, as crianças, que estão mais susceptíveis a distúrbios nutricionais decorrentes da insuficiência alimentar ou de uma alimentação de má qualidade (OLIVEIRA et al. 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A segurança alimentar e nutricional é um conceito multidimensional e multifatorial, que abrange diversos parâmetros e características que, sumariamente, possuem como objetivo garantir o acesso à alimentação adequada e saudável para todos, bem como ir além de questões como a produção e disponibilidade de alimentos. Sendo assim, ao avaliar indicadores que possuem relação com a SAN e que, de algum modo, demonstrem ocorrência de violação do direito humano a alimentação, é caracterizada a situação de insegurança alimentar (ANDRÉ et al., 2018).

Uma análise sucinta dos dados apresentados pelos diferentes trabalhos já demonstra ser suficiente para compreender que a insegurança alimentar é caracterizada, em diferentes graus (leve, moderada e grave), entre famílias com crianças menores de cinco anos em todas as regiões do país, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, segundo confirmam dados de

estudos técnicos da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN (CAISAN, 2018).

Nessa perspectiva, as pesquisas abordadas neste estudo, de maneira geral, permitem a realização de uma discussão acerca da ocorrência da insegurança alimentar e nutricional e sua relação com os diversos fatores demográficos, nutricionais e socioeconômicos das famílias estudadas, residentes em municípios brasileiros, conforme se observa a seguir.

Pedraza, Queiroz e Menezes (2013) ao buscarem, por meio de pesquisa transversal, estimar a prevalência de insegurança alimentar e examinar fatores associados em famílias com crianças matriculadas em creches públicas do Estado da Paraíba puderam, após análise dos dados obtidos, caracterizar a insegurança alimentar em 62% das famílias estudadas. Também foi alta a prevalência constatada em estudo realizado por Rocha et al. (2018), que teve como objetivo analisar a condição de insegurança alimentar e fatores associados em famílias com crianças menores de cinco anos de idade no Estado do Maranhão. A insegurança alimentar foi constatada em mais de 70% das 978 famílias entrevistadas.

Ambas as pesquisas, realizadas em Estados pertencentes à região Nordeste do Brasil, constataram altos percentuais de prevalência de insegurança alimentar entre as famílias. Os autores das pesquisas relacionaram os dados a fatores demográficos e sociais, tais como renda familiar per capita, tempo de aleitamento materno, recebimento de auxílio Bolsa Família, escolaridade, classe social, nutrição inadequada, entre outros. Este último é um dos fatores que mais tem impacto sobre a saúde infantil, principalmente ao considerarmos a influência que o estado nutricional das crianças possui sobre seu crescimento, desenvolvimento e riscos de morbimortalidade (MEZZOMO; NADAL, 2014).

Monteiro et al. (2014), através de estudo transversal descritivo, identificaram prevalência de insegurança alimentar de 81,6% em famílias com crianças menores de cinco anos beneficiárias do Programa Bolsa Família no Estado do Paraná. Além disso, as autoras constataram ainda excesso de peso e déficit estatural nas crianças, o que foi correlacionado com a situação de insegurança alimentar e nutricional. Segundo Mezzomo e Nadal (2014) os déficits de peso e estatura são comuns em crianças menores de cinco anos, atingindo de 6 a 9% das crianças nesta faixa de idade.

Poblacion et al. (2014) ao realizarem estudo transversal, de representatividade nacional, pesquisaram sobre o processo de insegurança alimentar e fome em domicílios com crianças menores de cinco anos. Os resultados apontaram para alta prevalência de IA nas regiões Norte e Nordeste, principalmente nas classes econômicas D e E e entre beneficiários de programas de transferência de renda, o que corrobora com pesquisas anteriormente mencionadas. Prevaleram os tipos de insegurança alimentar moderada e grave, que demonstrou atingir quase 50% da população estudada.

Dentre os indicadores mais citados pelos estudos, a baixa renda per capita foi maioria. De acordo com André et al. (2018) o rendimento monetário per capita está associado às condições de moradia, saneamento básico e acesso a alimentação, por exemplo, o que o torna essencial na relação com determinantes de Segurança Alimentar e Nutricional.

Quanto ao público infantil, a situação de insegurança alimentar também está diretamente relacionada com este fator, tendo em vista que as crianças são inteiramente dependentes da oferta alimentar familiar, que é condicionada pela renda desta. Além disso, outro fator relacionado é o estado nutricional das crianças, que é determinado a partir da execução de uma nutrição adequada e saudável, desde os primeiros dias de vida (MEZZOMO; NADAL, 2014).

A pobreza e desigualdades social e econômica são, portanto, determinantes do fenômeno da Segurança Alimentar e Nutricional de grande parte das famílias brasileiras que se encontram nesta situação e, conseqüentemente, de crianças, principalmente àquelas em

idade pré-escolar, que dependem exclusivamente dos adultos para exercer o acesso adequado à alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, nesta revisão, que a insegurança alimentar se associou a indicadores sócio-demográficos e econômicos, bem como a carências e distúrbios nutricionais e de saúde. Avaliando as condições de insegurança alimentar por meio dos indicadores abordados, constata-se a necessidade de promover melhores condições de vida as crianças em idade pré-escolar, sobretudo por meio de medidas que intervenham diretamente sobre os indicadores associados à supressão deste direito e combatam prejuízos futuros decorrentes disto.

Palavras-chave: Insegurança alimentar, Crianças, PNAD, Alimentação, Políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, H. P.; SPERANDIO, N.; SIQUEIRA, R. L.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORE, S. E. Indicadores de insegurança alimentar e nutricional associados à anemia ferropriva em crianças brasileiras: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Colet.** v. 23, n. 4, p. 1157-1167. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2006. Brasília, 2006.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Estudo técnico:** mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na desnutrição a partir da análise do CadÚnico, do SISVAN e do SIASI 2016. Secretaria Executiva da CAISAN. Ministério da Saúde. Brasília: Secretaria Especial de Saúde Indígena, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** segurança alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Segurança Alimentar:** 2004/2009/IBGE, coordenação, trabalho e rendimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MEZZOMO, T. R.; NADAL, J. A segurança alimentar e nutricional do público infanto-juvenil: o leite como componente. **Rev. Demetra.** v. 9, n. 2, p. 503-513. 2014.

MONTEIRO, F.; SCHMIDT, S. T.; COSTA, I. B.; ALMEIDA, C. C. B.; MATUDA, N. S. Bolsa família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. **Ciência & Saúde Colet.** v. 19, n. 5, p. 1347-1357, Maio. 2014.

MORAIS, D. C.; SPERANDIO, N.; DUTRA, L. V.; FRANCESCHINI, S. C. C.; SANTOS, R. H. S.; PRIORE, S. E. Indicadores socioeconômicos, nutricionais e de percepção de insegurança alimentar e nutricional em famílias rurais. **Rev. Segur. Alimen. Nutr.** v. 25, n. 2, p. 1-11, Maio/Ago. Campinas, 2018.

OLIVEIRA, J. S.; LIRA, P. I. C.; ANDRADE, S. L. L. S.; SALES, Aline Cabral; MAIA, Sandra Regina; FILHO, Malaquias Batista. Insegurança alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semiárido do Nordeste. **Rev. Bras. Epidemiol.** v. 12, n. 3, p. 413-423. 2009.

PEDRAZA, D. F.; QUEIROZ, D.; MENEZES, T. N. Segurança alimentar em famílias com crianças matriculadas em creches públicas do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.** v. 26, n. 5, p. 517-527, Set/Out. Campinas, 2013.

POBLACION, A. P.; MARÍN-LEON, L.; SEGALL-CORREA, A. M.; SILVEIRA, J. A.; TADDEI, J. A. A. C. Insegurança alimentar em domicílios brasileiros com crianças menores de cinco anos. **Cad. Saúde Pública.** v. 30, n. 5, p. 1067-1078, Maio. Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, N. P.; SZARFARC, S. C.; LIRA, P. I. C.; SEQUEIRA, L. A. S.; SILVEIRA, V. N. C.; FROTA, M. T. B. A. Condição de (in)segurança alimentar e fatores associados de famílias com crianças menores de cinco anos de idade do Estado do Maranhão. **Rev. Segur. Aliment. Nutr.** v. 25, n. 3, p. 71-80, Set/Dez. Campinas, 2018.

SANTOS, T. G.; SILVEIRA, J. A. C.; LONGO-SILVA, G.; RAMIRES, E. K. N. M.; MENEZES, R. C. E. Tendências e fatores associados à insegurança alimentar: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cad. Saúde Pública.** v. 34, n. 4, p. 1-17. 2018.

VIANNA, R. P. T.; SEGALL-CORREA, A. M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.** v. 21, supl., p. 111-122, Jul/Ago. Campinas, 2008.